

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS
UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

KELMA MOURA TAVARES

CONFLITOS AGRÁRIOS NO EXTREMO NORTE DE GOIÁS-
PERIÓDICOS “VOZ DO NORTE” 1983-1986

Araguaína
2017

KELMA MOURA TAVARES

CONFLITOS AGRÁRIOS NO EXTREMO NORTE DE GOIÁS-
PERIÓDICOS “VOZ DO NORTE” 1983-1986

Monografia apresentada no curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal do Tocantins- como pré-requisito para a obtenção do título de Licenciatura em História. Orientadora: Prf°. Dr°. Vera Lúcia Caixeta.

Araguaína

2017

KELMA MOURA TAVARES

CONFLITOS AGRÁRIOS NO EXTREMO NORTE DE GOIÁS-
PERIÓDICOS "VOZ DO NORTE" 1983-1986

Aprovada em: _____

Prof. Dr. Vera Lúcia Caixeta

Prof. Dr. Martha Victor Vieira

Prof. Dr. Dornival Venâncio Júnior

A Deus meu porto seguro em todos os momentos. Meus pais e minha irmã que me apoiaram sempre, são meus exemplos de vida. Aos meus queridos professores, Dernival, Sariza, Pablo, Antunes, Olívia, Martha, Ana Mother, Marizete, Thiago, Dimas, Berthone, Luciano Galdino, Dagmar e principalmente a Prof. Vera que me ajudou a ser mais confiante no meu potencial, a vocês em modo geral expressei minha admiração e profunda gratidão. Aos amigos que conquistei aqui, levarei para sempre em meu coração, em especial a Leidiane que nessa trajetória foi imprescindível para que a fadiga e o desânimo fossem vencidos através da perseverança e amizade que é o tesouro puro e sincero.

A violência não reconstrói dialeticamente o poder. Paralisa-o e o aniquila.

(Hannah Arendt, filósofa alemã, 1906-1975, *A VIOLÊNCIA*).

AGRADECIMENTOS

Nesta hora em que temos a chance de celebrar a "primeira etapa" curricular alcançada, percebo o quanto fui guiada e protegida por Deus em todos os momentos, pois colocaste em meu caminho pessoas maravilhosas a começar por minha família, meu pai Manoel Messias, minha mãe Rute, minha irmã Suyanne, a minha saudosa avó Beatriz que infelizmente já floresce no jardim celeste e não pode acompanhar minha trajetória acadêmica, minha tia Maria Luiza, meus tios Maria Eunice e Euzimar e minha sobrinha querida de alma azul "princesinha da titia" Julianne. A minha sincera gratidão a Alzenir que sempre esteve ao meu lado me ajudando em todos os momentos e a Claudia Mara que jamais permitiu que eu me desanimasse.

Aos amigos que sem saber me ajudaram a vencer a Depressão: Stella, Zainne, Sergio Jesus, Brendo, Amanda, Jéssica Duarte, Rosalva, Damarys, Luciano Gaberrão, Natanna, Gomes, Walter, Watilla, Nilva, Douglas, Amanda, Daniel, Lailson, Thayndalla, Marta, Ericklys, Antônio Lucas, Adilson, Amária (Mary), Roger, Beatriz, João Marcos, João Vitor, Lusinaldo, Adriana, Augusto, Raimunda, Rita, Mareia e os demais que não lembro o nome me perdoem, afinal dez anos de universidade é muito tempo e muita lembrança de momentos maravilhosos com todos que levarei comigo.

Aos meus queridos professores agradeço pelos "puxões de orelha" para que eu pudesse estar hoje radiante de alegria, alguns já foram embora de Araguaína, outros ainda estão aqui e posso compartilhar este momento sublime que estou vivendo, em especial a minha orientadora prof. Vera Lúcia C. com toda sua preocupação a qual é carinhosamente chamada de "mãezona", por sua dedicação e cuidado.

A Leidiane minha amiga que foi em vários momentos minha confidente, onde eu confiava para desabafar e encontrar o equilíbrio emocional necessário para seguir em frente, sempre serei grata a ela por me ajudar e mim amparar. Ao Nazareno que sempre pediu a Deus por minha vida para me dar forças e superar minhas limitações, pois como ele mesmo me diz: "Deus me deu um sorriso largo para através dele espalhar amor por onde eu passar, pois além de embelezar meu rosto, nele também terei forças para superar os obstáculos do dia a dia".

Todavia entretanto, finalizo aqui com um trecho de uma canção que resume toda minha gratidão: "não é sobre ter todas as pessoas do mundo pra si, é sobre saber que em algum lugar alguém zela por te, é sobre cantar e poder escutar mais do que a própria voz, é sobre dançar na chuva de Vida que caí sobre nós, é sobre ter abrigo, e também ser morada em outros corações e assim ter amigos contigo em todas as situações, a gente não pode ter tudo qual seria a graça do mundo se fosse assim, por isso eu prefiro os sorrisos e os presentes que a vida trouxe pra perto de mim".

RESUMO

Este trabalho realiza uma análise dos conflitos agrários citados nos periódicos "Voz do Norte", observando a postura da Diocese de Tocantinópolis diante do descaso do poder público perante a violência gerada entre grileiros e posseiros ocorridos no período de 1983 a 1986, com o objetivo de divulgar essa precariedade vivida até os dias de hoje pelos assentados desta região, os leitores poderão observar criticamente como viviam os padres e os camponeses naquela região, e também a luta da Comissão Pastoral da Terra (CPT) como mediadora nesse conflito de terras, de um lado posseiros, categoria que representava o campesinato, do outro lado os fazendeiros ou grileiros, que representava o capitalismo, pois, visavam o lucro que poderiam adquirir com as terras. Através dos documentos de Carta Aberta, será possível compreendermos as nuances das relações comportamentais e sociais ocasionadas em decorrência das dissidências agrárias. Portanto, esta pesquisa busca evidenciar os periódicos "Voz do Norte" como parte deste processo histórico.

Palavras - chaves: Periódicos "Voz do Norte", Conflitos agrários e Carta Aberta.

ABSTRACT

This work analyzes the agrarian conflicts cited in the newspaper Voz do Norte, observing the position of the Diocese of Tocantinópolis before the neglect of the public power before the violence generated between land grabbers and squatters, which occurred in the period 1983 to 1986, in order to disclose this precariousness lived up to the present day by the settlers of this region, readers will be able to critically observe how the parents lived and the peasants in that region, as well as the struggle of the Pastoral Land Commission (CPT) as mediator in the land conflict, on the one hand squatters, a category that represented the peasantry, on the other hand the farmers or grileiros, who represented capitalism, aimed at the profit they could acquire with the lands. Through Open Letter documents, it will be possible to understand the nuances of behavioral and social relations caused by agrarian disset. Therefore, this research seeks to highlight the periodical Voz do Norte as part of this historical process.

Keywords: Voz do Norte Periodicals, Agrarian Conflicts and Letter.

SUMARIO

Introdução	11
Capítulo 1: Os Conflitos Agrários no Extremo Norte de Goiás no Periódico "Voz do Norte" (1983-1986).....	15
1.1 A Realidade da Violência nas Cartas dos Bispos e Lideranças da Região.....	17
1.2 O Bico do Papagaio Clama: Sua Voz Ecoa Como Súplica por Reforma Agrária.....	20
Capítulo 2: CONSIDERAÇÕES E ANÁLISES DE ALGUMAS CARTAS ABERTAS DA DIOCESE DE TOCANTINÓPOLIS.....	26
2.1 Cartas Abertas o Instrumento de Mediação	29
2.2 Pastoral da Terra denuncia violência no campo ao ministério da justiça	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata da análise das narrativas sobre a violência, em especial, sobre os conflitos agrários no “Bico do Papagaio”, região do extremo norte de Goiás, a partir das edições do periódico “Voz do Norte”: informativo pastoral da Diocese de Tocantinópolis-GO, que circulou entre os anos de 1983 e 1986. Este foi criado como instrumento de divulgação das ações das lideranças da diocese numa época de intensa articulação entre fé e política, em especial, através da propagação da teologia da libertação na região. Assim, o periódico acabou sendo utilizado pelas lideranças da CPT - Comissão Pastoral da Terra - entre elas, padre Josimo Tavares, para divulgar as denúncias da violência praticada no campo.

Esta pesquisa só foi possível devido às alterações no campo da História. Discussões teóricas, metodológicas e historiográficas que ocorreram durante o século XX têm contribuído para ampliar os objetos de investigação e o uso de novas fontes. Certamente, se por um lado, essas mudanças tornaram o campo da História mais complexo, por outro, contribuíram para romper com a História tradicional. Conforme nos aponta Le Goff (2003, p.03): Memória coletiva e a história passaram a não cristalizar o seu interesse apenas nos grandes homens, nos grandes acontecimentos, na história política, diplomática e militar. Todos os homens tornaram-se interesse da história, os documentos foram ampliados [...].

O dinamismo da produção historiográfica advém do presente do historiador. Somos nós hoje, em contato com a realidade da nossa época, que propomos questões e para respondê-las recorreremos a alguns aspectos do passado. Para José Carlos Reis (2003, p.22) "a representação do passado é incontornadamente afetada pelo tempo [...].

O passado é delimitado, selecionado e reconstruído criticamente em cada presente. Este sempre lança sobre o passado um olhar novo, ressignificando-o. O interessante é que cada presente decide que aspectos do passado quer retomar e sob que ângulo abordar.

Certeau antecipa, já na década de oitenta, uma distinção entre espaço e lugar. A noção de espaço remete a uma relação singular no mundo à dimensão do espaço habitado. Em suas palavras: É um lugar a ordem (qualquer que seja ela) segundo a qual os elementos são distribuídos em relação de coexistência [...]. Há espaço desde que se considerem vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo [...]. Em suma, o espaço é um lugar praticado (Apud DOSSE, 2013, p.88). Assim, ele critica a visão panorâmica sobre a cidade e, no nosso caso, sobre a violência no campo, por não oferecer mais do que um simulacro do saber ignorante das práticas. Ou seja, é através da atenção ao cotidiano que é possível restituir o espaço enquanto espaço vivido, lugar praticado e significado pelos seus moradores. Assim, ao olhar para os diversos artigos da revista Voz do Norte atentou-se para os sujeitos que fazem as denúncias, como eles viram, viveram e registraram os conflitos vividos na região.

A utilização do periódico como fonte histórica não é novidade. Porém, a revista “Voz do Norte”, apesar da riqueza de informações, em especial, sobre os conflitos agrários no extremo norte de Goiás, ainda é desconhecido entre os pesquisadores da região. Sem dúvidas, o periódico foi local de expressão das lideranças religiosas e camponesas da região, porém, sua circulação ficou restrita nos limites da diocese de Tocantinópolis-GO. Enfim, selecionamos alguns artigos que mostram como as lideranças locais denunciaram a situação de violência na região do Araguaia/Tocantins, nos anos de 1980.

Pensar os camponeses hoje é uma tarefa árdua, pois a luta por uma terra para chamar-se de “sua” é enfrentada historicamente, sob o odor de pólvora. Porém, concordamos com a filósofa alemã quando afirma que: Toda dor pode ser suportada

se sobre ela puder ser contada uma história (ARENDR, 1985). Ao entrar em contato com o periódico percebe-se que no "Bico do Papagaio" os camponeses sofreram humilhações, tiveram suas casas ou plantações queimadas e destruídas, a morte e a fome estavam presentes no seu cotidiano. Para Hannah Arendt, a forma extrema de poder é o "todos contra um" e a forma extrema de violência é "um contra todos" (ARENDR, 1985, p. 35).

É no diálogo entre o presente e passado que o historiador dá significado ao ocorrido. No entanto, é preciso denunciar as relações de poder dos dominantes que reservam para si o direito à memória, de impor sua versão do passado que apaga os conflitos e os sujeitos sociais. Jacques Le Goff também ressalta que:

Cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória, antropologia, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica [...] A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não para a servidão dos homens (GOFF 2003, p. 471).

Pollak (1992), também traz considerações, sobre a violência física e psicológica, ou seja, sobre as memórias traumáticas: podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação.

Desde a década de 60 e 70 ocorreram conflitos de terras na região, no qual os grileiros expulsavam os pequenos produtores rurais que viviam de agricultura familiar. Na década de 80, em nome do progresso e dos interesses nacionais, as populações indígenas e de pequenos produtores são dizimadas. Suas terras são invadidas e roubadas, os camponeses e os posseiros sofreram intimidações e quando não entregam ou deixam suas terras e suas lavouras, foram expulsos, ameaçados e mortos!

A região torna-se conhecida nacionalmente, na década de 1980, pelo baixo índice de desenvolvimento humano e, especialmente, devido aos conflitos agrários. Até hoje, possui baixos índices de desenvolvimento humano, com vários problemas no setor da saúde, saneamento básico, educação, assistência social e violência.

Nesse contexto, como na década de 1980, o periódico Voz do Norte denunciou esses conflitos? Qual o posicionamento da elite eclesial da região, com relação à violência no campo? Como identificar os fatores que levaram o periódico a dar espaço para a denúncia e divulgação da violência no campo? Estas questões conduziram inicialmente para nossa investigação.

No capítulo 1, analisaremos os principais conflitos agrários citados no periódico Voz do Norte da Diocese de Tocantinópolis, localizada no extremo norte de Goiás e apresentaremos a discussão de alguns pesquisadores sobre o posicionamento da igreja na relação deles com os camponeses e também a instituição da CPT.

No capítulo 2, iremos observar a importância e a função empregada na utilização das cartas abertas da Diocese de Tocantinópolis, citaremos também alguns estudos sobre estes documentos.

1- CAPÍTULO: OS CONFLITOS AGRÁRIOS NO EXTREMO NORTE DE GOIÁS NO PERIÓDICO “VOZ DO NORTE” (1983-1986)

Para compreender tanto a criação do periódico Voz do Norte, por Dom Aloísio Hilário Pinho, um informativo pastoral da diocese (1983-1986), com periodicidade bimestral, com o objetivo de ser um ELO de comunicação entre as várias comunidades da diocese (VOZ DO NORTE, Ano 01, n.01, 1983, p.01), quanto o amplo espaço ocupado pelos movimentos sociais, nas páginas do periódico, que denunciam os conflitos agrários na região, é preciso conhecer um pouco da teologia da libertação, como pensada pelos teóricos latino-americanos, em especial, Leonardo Boff.

Em 1978, Frei Leonardo Boff lança o livro *A fé na periferia do mundo*, no qual procura explicar o método da teologia da libertação: ver, julgar e agir. Para ele, toda teologia se constrói a partir de dois lugares: o lugar da fé e o lugar da realidade social, esta deve ser lida a luz da fé. Assim, a teologia da libertação pretende fazer a articulação entre fé cristã e práxis libertadora. Acredita-se que ver corretamente a realidade é o primeiro passo para agir sobre ela, transformando-a. Aplica-se a metodologia de análise da realidade a partir da compreensão de que é necessário dar a voz ao oprimido, é do lugar dele, com a sua ótica, com seus interesses e em função das transformações sociais que lhes façam justiça, que é feita a análise. Após ver a realidade social passa-se para o seu julgamento à luz da fé cristã. Por fim, estudam-se os passos concretos para agir, no sentido de superação da realidade de opressão e exclusão social. Enfim, exige-se dos cristãos o envolvimento nas questões sociais porque compreende-se que a presença da opressão contradiz o designo histórico de Deus e impõe-se a luta pela libertação.

Nesse sentido, como se pode ver em diversos volumes do periódico, a reflexão das CEBs - Comissões Eclesiais de Base - são feitas a partir de um levantamento da realidade, com suas denúncias de opressão, exploração e violência, sempre orientada por um projeto de fundo, ou seja, por uma utopia que os

grupos sociais constroem e na qual projetam um futuro. Marcada pela tradição revolucionária marxista, a teologia da libertação pretende estabelecer novas relações de poder tanto no interior do campo religioso, quanto na sociedade. De acordo com Boff (1983, p.22) Os grupos dominados preferem utilizar o método dialético que coloca no centro a ideia de luta e vê a sociedade como um todo contraditório [...] considera a sociedade de baixo para cima, de onde ela emerge como luta e confronto.

Significativamente, a questão agrária e seus conflitos recebem amplo espaço de divulgação no periódico (30 volumes), porque vistos como espaços privilegiados de evangelização e denúncia de violação de direitos. Os artigos enviados pela Comissão Pastoral da Terra- CPT são assinados por padres e leigos que atuam na região, como padre Josimo Tavares. A revista foi uma ferramenta de grande utilidade informativa dos eventos religiosos e fez a divulgação das opressões cometidas pelo abuso de poder dos que estavam a serviço do governo ditatorial na época. Ressalta-se ali os problemas sociais na diocese, principalmente a questão agrária. Suas lideranças denunciaram as transgressões cometidas por particulares e membros de órgãos públicos como o GETAT, políticos, policiais federais, civis e militares, juízes, fazendeiros, grileiros, pistoleiros, etc.

1.1 A Realidade da Violência nas Cartas dos Bispos e Lideranças da Região

Em sintonia com a teologia da libertação e com a necessidade de apoiar as lutas de libertação, em agosto de 1980, os bispos da região Araguaia/Tocantins denunciam o acirramento dos conflitos no campo através de um documento assinado por Dom Cornélio Chizzini (prelado de Tocantinópolis-Go) e por Dom Celso Pereira (presidente da CPT Araguaia-Tocantins). Trata-se de uma carta que procura justificar a inserção social da Igreja e legitimar as denúncias de violência e morte na região.

A igreja do Brasil e da América Latina vem se preocupando cada vez mais com a situação do povo de Deus, face às realidades de injustiças e a arbitrariedades que se cometem com frequência ferindo, sobretudo o povo de que vive desde há anos no cultivo da terra, tirando dela o sustento minguido para sua família. Procurando ser fiel a Jesus Cristo e ao seu Evangelho, compartilha as angústias deste povo que olha ainda para a Igreja, esperando apoio, ajuda, orientação.

Puebla nos alerta: Esta situação de extrema pobreza generalizada adquire, na vida real, feições concretíssimas, nas quais deveríamos reconhecer as feições sofredoras de Cristo, o Senhor (que nos questiona e nos interpela). O Papa João Paulo II, no seu discurso ao povo de Recife, reforçava: A Igreja não quer omitir-se quando se trata de fazer que a vida humana se torna cada vez mais humana.

Diante de tudo isso, nós, como pastores, olhando para esta realidade cada vez mais angustiante, suas terras tomadas pela violência, suas casas queimadas, seus filhinhos com fome, ao relento, não podemos permanecer de braços cruzados. Seria uma traição ao próprio Mestre que mandou 'evangelizar' aos pobres. Achamos que não podemos deixar de anunciar a Boa Nova e de denunciar com humildade, mas com coragem toda esta onda de injustiças que abatem e humilham nossos irmãos do sertão.

Desejando, pois, manifestar nossa solidariedade aos irmãos sofredores e perseguidos, queremos, sem partidarismo, mas diante de Deus, denunciar os fatos mais graves que acontecem nestes últimos tempos na região do Norte de Goiás, na Prelazia de Tocantinópolis. Pudemos visitar alguns lugares, verificar com nossos próprios olhos as cinzas que sobram de algumas casas; entramos em contato com muitos irmãos expulsos injustamente de suas posses; verificamos a situação de miséria que abate milhares de famílias e achamos, fazendo nossas as palavras dos Bispos reunidos em Puebla; 'Isto é contrário ao plano de Deus e à honra que lhe é devida.

Relatamos aqui alguns fatos que demonstram esta situação de extrema gravidade.

Há mais de um mês, um importante destacamento da polícia, às vezes 18 soldados de diferentes municípios (Itaguatins, Sítio Novo, Araguatins, até mesmo de Araguaína) acompanhados, nos últimos casos de um Tenente e do Oficial da Justiça, Lindomar Lisboa Madalena, atuando em nome do Juiz de Direito de Araguaína, João Batista de Castro Neto, estão perseguindo várias turmas de posseiros, em toda a Prelazia de Tocantinópolis, cometendo todo o tipo de arbitrariedade e barbaridades.

Os exemplos são muitos mais citamos apenas alguns:

1- No dia 17 de junho deste ano a polícia cometeu violências no povoado de Sumaúma, Município de Sítio Novo, acompanhada pelo grileiro José Pereira de Carvalho.

2- No dia 19 do mesmo mês, nas redondezas do povoado de São Miguel, Município de Itaguatins, acompanhado do grileiro Antônio Costa Filho.

3- No dia 3 de julho, nas redondezas de Buriti, Município de São Sebastião.

4- Nos mesmos dias, nos povoados de Piraquê e Macaco, Municípios de Xambioá, acompanhado dos grileiros Jesuíno José da Silva, Humberto e José Luís Siqueira. Na fazenda Lontra, Município de Aragominas, com o grileiro Daniel, de Goiânia.

5- Nos dias 24 e 25 de julho 18 policiais, o Oficial de Justiça, Lindomar Lisboa Madalena e um tenente de Araguaína atacaram os povoados de Sumaúma, Centro do Mulato e Beira do Soco nos Municípios de Sítio Novo e Araguatins. Em dois povoados chegaram antes do sol nascer, às 4 horas da manhã. Invadiram casas prenderam os posseiros (em Sumaúma 22 homens permaneceram presos, um dia inteiro na fazenda do grileiro) despejaram de suas residências as famílias, queimaram casas, humilharam homens, mulheres e crianças, proibiram de continuar o trabalho na roça, tomaram ferramentas, foices e espingardas de caças e obrigaram assinar documento da Justiça, mesmo sem constar os seus nomes. Os grileiros que acompanharam os ataques são: José Ferreira de Carvalho, de São Paulo; Demerval Rodrigues da Cunha e Oliveira e seu irmão Elisário Rodrigues da Cunha Filho, de Araguari.

Apesar de todo esse sofrimento e perseguições, queremos levar a todos o nosso apoio e o nosso abraço fraterno, na esperança de dias melhores. Permaneçam firmes na Fé e na União, em torno da Palavra de JESUS CRISTO. A Igreja de Deus está com vocês.

Desejamos terminar nossa mensagem com as palavras de Papa João Paulo II, no seu discurso aos camponeses em Recife: "(...) a terra é dom de Deus, dom que ele faz a todos os seres humanos, homens e mulheres que ele quer reunidos e uma só família que relacionados um com outros em Espírito Fraterno. Não é lícito, portanto, porque não é segundo o designo de Deus gerir este dom de modo tal que seus benefícios aproveitem só a alguns poucos, ficando os outros, a imensa maioria, excluídos.

Com nosso abraço fraterno e nossa benção de encorajamento,

DOM CORNÉLIO CHIZZINI BISPO DE
TOCANTINÓPOLIS DOM CELSO PEREIRA DE
ALMEIDA PRES. DA CPT TOCANTINS-
ARAGUAIA.

TOCANTINÓPOLIS, 20 de agosto de 1980. DIOCESE DE
TOCANTINÓPOLIS: Don Cornélio Chizzini. Rio de Janeiro:
Bitaurus, 1991. p.70-73.

Para essa riqueza das denúncias e pelas justificativas da associação entre fé e política, uma característica da teologia da libertação, preferimos transcrever a carta na sua integralidade. Naquele momento, os dois bispos sentem-se interpelados a denunciar a realidade social de violência contra as populações camponesas da região. Porém, para dar credibilidade à sua narrativa, eles não só fundamentam seus argumentos nas palavras das autoridades eclesiais, como também citam as resoluções e orientações dos Congressos de Puebla e Medellín, que fizeram uma opção preferencial pelos pobres. Além disso, os bispos dizem que viram e ouviram os relatos das vítimas da violência. No decorrer da denúncia, eles citam os nomes dos opressores.

1.2 O BICO DO PAPAGAIO CLAMA: SUA VOZ ECOA COMO SÚPLICA POR REFORMA AGRÁRIA

Segundo a revista Voz do Norte a década de 1980, no Brasil, foi marcada, entre outras questões, pela violência no campo, em especial, no extremo norte de Goiás. Na tentativa de minimizar a situação o governo do General Figueiredo (1979-1985) cria em 1980, a GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins), com esse decreto, retira-se a responsabilidade do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) sobre a questão fundiária na região e transfere-a para tutela do Conselho de Segurança Nacional (CSN).

O poder público, especialmente juízes em trama com os latifundiários utilizavam-se de artimanha contra os posseiros, pois, Sob a alegação da área ser impenetrável, ou alegando violência, requisitam a notificação dos posseiros para a audiência de justificação prévia através de Edital. Esses editais eram afixados nos fóruns e delegacias de polícia, locais inacessíveis aos posseiros e, em alguns casos, no Edital só constavam os apelidos de alguns poucos posseiros, mas os despejos atingiam dezenas de famílias, além do mais, Os supostos proprietários tiveram seus títulos expedidos recentemente pelo GETAT. Segundo José de Souza Martins:

Não raro, o dramático momento da chegada do oficial de justiça e da polícia para despejar a família do posseiro e demolir sua precária casa e a cerca, onde houver, é o primeiro contato com as instituições do país e, na imensa maioria dos casos, é o primeiro contato com a instituição da justiça e com a lei. A lei e a justiça lhe chegam para assegurar direitos de outrem e para privá-lo, portanto, dos direitos que supunha ter. Ao torná-lo sujeito de direito, a justiça o faz para desconhecer e suprimir os direitos que a tradição lhe disse que tinha. Nesse momento, a propriedade privada, fundamento do privado, da contratualidade das relações sociais, da cidadania, invade e suprime violentamente o espaço da vida privada, a casa e a terra de morada e de trabalho (MARTINS, 2007, p. 676).

Naquele momento, de acirramento dos conflitos agrários no país, em especial, no “Bico do Papagaio”, parte da elite eclesiástica, posiciona-se a favor dos “posseiros” e contra a grilagem de terras (VOZ DO NORTE, 1983, nº 1). Apesar da riqueza de informações contidas na Voz do Norte, em especial, sobre os conflitos agrários no extremo norte de Goiás, ele ainda é desconhecido entre os pesquisadores da região. Sem dúvidas, o periódico foi local de expressão das lideranças religiosas e “camponesas” da região, porém, sua circulação ficou restrita nos limites da diocese de Tocantinópolis-GO, selecionamos alguns artigos que mostram como as lideranças locais denunciaram a situação de violência na região do Araguaia/Tocantins, nos anos de 1980. Com o título Uma voz forte vem do Bico do Papagaio: é urgente a reforma agrária o periódico publica artigo de denúncia sobre a violência e defende a necessidade de reformas estruturais, buscando alterar as relações de força entre os grupos sociais.

Diante da grave, enganadora e irresponsável atuação do GETAT na região do Bico do Papagaio, Extremo Norte de Goiás, a Delegacia Sindical dos Trabalhadores Rurais do Centro dos Mulatos, município de São Sebastião do Tocantins-GO, os Membros da Comunidade desse mesmo povoado, e a Comissão Pastoral da Terra - CPT da Diocese de Tocantinópolis-GO, resolvem informar e esclarecer a toda a Classe Trabalhadora do nosso País o que vem ocorrendo.

1. Em fins do mês de maio de 1981, o Coronel Lisboa, naquela época Chefe Executivo do GETAT de Araguaína-GO, visitou o nosso Povoado de Centro dos Mulatos. Em reunião pública, ele declarou que havia três áreas de terras onde seriam assentados todos os lavradores posseiros e sem terra, e que, por isso, pedia que ninguém brigasse para não criar tensões e tumultos a situação. Lugar teria para todos!

2. Pouco tempo depois, foram cortados lotes no conhecimento ‘Lote 19’, para abafar conflitos já existentes entre grileiros e posseiros, e por causa de uma manifestação pública realizada por aproximadamente dois mil trabalhadores rurais do Bico do Papagaio em Imperatriz-MA, no dia 25 de maio de 1981, frente à sede do GETAT naquela cidade maranhense. Doze famílias de posseiros foram então assentadas no ‘Lote 19’, recebendo cada uma delas 50 hectares de terra. O segundo corte das terras veio assentar vinte e três famílias.

Cada uma dessas famílias recebeu somente 25 hectares de terra, dos quais até o presente momento não saiu o título definitivo de propriedade. Receberam apenas 25 hectares porque, segundo afirmação do GETAT, parte do terreno era alagada e o “órgão não ia titular água!” Do Lote 19 sobraram aproximadamente 240 hectares, os quais foram liberados para quem quisesse entrar e tomar conta.

3. A maioria dos trabalhadores rurais ficaram sem terra. Então o Coronel Lisboa prometeu que o GETAT retornaria para fazer novas demarcações, cortes e distribuição de lotes para toda a população necessitada. A nossa

esperança teve a paciência de suportar, durante o resto do ano e o começo do ano seguinte, as muitas precisões de nossas famílias. E a promessa nunca se realizou! Cheios de necessidades, resolvemos ocupar as áreas devolutas conhecidas pelos moradores mais antigos. Mais de 60 famílias, fizemos posse. Iniciamos o futuro...

4. Em maio de 1982, o Coronel Lisboa, vindo novamente ao nosso Povoado, mandou-nos sair de nossas posses. Segundo ele, aquelas terras pertenciam à Fazenda "Santa Marta", de propriedade do Sr. Esmeraldo Boni. Incentivou-nos a aceitarmos uma indenização do fazendeiro entre Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) e Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros).

Assim, segundo o coronel, estaríamos ajudando a acabar com os conflitos de terra na região. Disse ainda que se alguém resistisse na terra e 'ganhasse um chumbo no bucho', ele não seria culpado. Então, na frente do Coronel e de um Delegado de Polícia, o Sr. Esmeraldo Boni declarou que matava ou mandava matar quem estivesse na terra dele. E fazia isso porque tinha armas suficientes, inclusive, uma carabina doada pela Federal.

5. A ameaça pareceu-nos enorme! Mas não desistimos dos nossos direitos. Lutamos e trabalhamos. Conhecedores da região, sabíamos que essas terras eram 'livres', sem donos.

6. Em julho de 1983, os Sr. Dr. Zosilton, apresentando-se como substituto do Coronel Lisboa na Chefia da Unidade Executiva do GETAT de Araguaína-GO, convocava uma reunião com toda a população do Povoado. Diz-se experiente para solucionar questões de terra, pois em Marabá-PA e Xinguara-PA, conseguira resolver os maiores conflitos, implantando a Colonização da região. Falou que ia medir as benfeitorias do Sr. Esmeraldo Boni e, aplicando o 'índice 2'(dois), determinaria a área do fazendeiro. Cem metros após os limites de terras do fazendeiro começaria a área destinada aos posseiros. Dentre os 90 dias, tudo estaria resolvido. Em nome da caridade cristã, o Dr. Zosilton tentava compelir todos os lavradores a aceitarem somente 25 hectares, pois a terra não ia dar para todos se fosse adotada uma medida maior.

Além disso, é importante que os pobres sejam solidários com os outros pobres, às vezes até chegantes, dizia o Doutor do GETAT.

E falava ainda: é necessário que os posseiros impeçam a entrada de novos ocupantes na área para não diminuir a parcela de cada família já alistada. Aliás, mais de quatro listagens das mesmas famílias forma feitas recentemente sem nunca progredir qualquer solução.

7. No final de agosto, o técnico Jurandir iniciou o levantamento topográfico da área. A firma CETAG, de Goiânia, através de seus técnicos, veio demarcar e dividir os lotes. Segundo ela, a ordem é de recortar para cada família de posseiros somente 25 hectares de terra. Foram iniciadas as medições e demarcações nas regiões alagadas do terreno, fora das posses.

Isso porque, segundo os técnicos, o Sr. Esmeraldo Boni tem título definitivo das terras (três lotes), embora até o GETAT tivesse afirmado que a área era toda devoluta. Somente a área alagada é que é que está disponível para os posseiros. Além disso, os fazendeiros precisam da melhor área para poder retirar madeira, dizem os técnicos.

8. Nós, antigos moradores dessas matas, sabemos que o Sr. Esmeraldo Boni nunca se preocupou com terra. A sua arte é trabalhar com madeira. Muitas e sadias toras de madeira podemos encontrar no mato, cortadas há dois ou três anos pelo Sr. Boni ou a mando dele, ficando aproveitadas e

sendo em grande parte dizimadas pelo fogo que no verão invade as matas. É grande o desmatamento desperdiçado!

9. No último dia 1º novembro, 'doutores' e 'doutoras' do GETAT vieram força-nos a aceitar os 25 hectares de terra na área alagada. Ou aceitamos esta quantia naquele local ou GETAT lavar as mãos para nós diante dos problemas da terra, diziam. Aceitar esta proposta significaria sermos removidos de nossas verdadeiras posses para ocuparmos outras terras que não são trabalhadas por nós. Houve quem dissesse que se não aceitássemos esta decisão do GETAT, a Polícia Federal iria trazer 100 famílias de lavradores de outras regiões para ocuparem o que estamos rejeitando.

10. Denunciamos a constante e indesejável presença do GETAT em nossas casas. Quase todas as semanas, todos os dias, agentes do GETAT vêm nos atormentar querendo que aceitemos os 25 hectares de terra que eles prometeram, querendo enfraquecer nossas organizações e reuniões; querendo confundir os companheiros com mentiras e falso companheirismo; querendo intimidar a todos nós através da anotação dos nossos nomes em cadernos e fotografando nossas casas; dando-nos jogos de dama, bola de futebol, bomba, apitos, etc.

11. Entendemos que tudo isto é para esconder os nossos direitos de viver e trabalhar na terra que conquistamos; é para favorecer o grileiro Boni, dando-lhe as melhores terras e permitindo-lhe retirar criminosamente as madeiras para comércio; é para impedir a realização da verdadeira Reforma Agrária que já está sendo feita irreversivelmente pelos trabalhadores da roça, como apoio e incentivo dos trabalhadores da cidade; é para frear o avanço da Classe Trabalhadora em busca de democracia plena e de uma sociedade em que todos os cidadãos tenham de fato iguais oportunidades de sobrevivência e desenvolvimento social, econômico e cultural.

12. Enfim, reafirmando o nosso irrestrito apoio e compromisso com a Campanha Nacional pela Reforma Agrária, incentivada por vários setores da sociedade brasileira e do exterior. Queremos que esta Campanha signifique também e de fato uma Campanha pela extinção do GETAT, que em nosso meio só atrapalha as nossas vidas e trabalho com suas inúmeras reuniões e visitas nas famílias para nos aludir.

Tudo isso, acompanhado das falsas ideias e práticas de "Reforma Agrária", vem criando em nosso povoado um clima de insegurança e tensão.

Centro dos Mulatos, 07 de novembro de 1983. (Ass.) PELA DELEGACIA SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS: José Gonçalves dos Santos e Antônio José da Conceição Costa. PELA COORD. DA cPt DA DIOCESE DE TOCANTINÓPOLIS

Pe. Josimo Moraes Tavares, MEMBRO DA COMUNIDADE DE CENTRO DOS MULATOS. (VOZ DO NORTE: Informativo Pastoral da Diocese de Tocantinópolis. Ano I. N.8 e 9. 1983. p.22-25).

O periódico tinha como base denunciar os abusos cometidos como a morte, mas também os despejos de milhares de posseiros, que cultivavam e viviam em demarcada terra, às vezes há várias décadas foi a tema dos problemas agrária no campo na década de 1980, e em particular no Bico do Papagaio. Que ele se

envolveu seriamente com os movimentos sociais, foi ameaçado sofreu dois atentados e por fim, barbaramente assassinado em 1986 (VOZ DO NORTE, 1983. n 1).

Entre os inúmeros artigos da revista, dedicados à formação religiosa e organizacional das comunidades - numa época de efervescência das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) - destaca-se os artigos relacionados à “Pastoral da Terra”. Significativamente, a questão agrária e seus conflitos recebem amplo espaço de divulgação no periódico porque vistos como espaço privilegiado de atuação dos padres e dos leigos, ou seja, como espaço de evangelização e de luta por direitos. Logo, os artigos enviados pela CPT (Comissão Pastoral da Terra) são assinados por frades e padres que atuam na região, como o Padre Josimo Tavares.

Esse filho de Xambioá foi ordenado padre diocesano pelos “orionitas” congregação italiana da “Pequena Obra da Divina Providência”, portanto, subordinado ao bispo de Tocantinópolis, ele envolveu-se seriamente com os movimentos sociais, foi ameaçado, sofreu dois atentados e foi barbaramente assassinado em 1986. Enfim, a despeito da divulgação das novas orientações eclesiais, o periódico serviu como espaço privilegiado de denúncia da situação de conflitos agrários no “Bico do Papagaio” e região, uma fonte privilegiada de informações sobre a luta pela terra e a ação dos movimentos sociais em defesa dos direitos dos “camponeses”.

2- CAPÍTULO: CONSIDERAÇÕES E ANÁLISES DE ALGUMAS CARTAS ABERTAS DA DIOCESE DE TOCANTINÓPOLIS

Nesse capítulo vamos analisar a violência e morte no bico do papagaio e as denúncias feitas pelos padres através das cartas abertas da Diocese de Tocantinópolis. Sendo que para realização desta, foram utilizadas cerca de seis missivas publicadas dentro dos periódicos Voz do Norte, com conteúdo de denúncias feitas pelos padres direcionados as autoridades e como forma de acusação contra a violências exercitada na região. Segundo Teresa Malatian (2015) realiza umas considerações acerca do uso de cartas como fonte importante para pesquisas históricas. As cartas concebem um gênero incentivador desde tempos antigos, como forma literária e fonte de informações para estudos biográficos, sendo que a partir do século XVIII, consideraram também uma amplitude na areia educacional, sendo utilizadas na formação de jovens devido ao ser caráter de “arte formadora da existência”.

Na concepção de Melatian (2015), as cartas no modo geral, transparecem tanto o cotidiano privado como também os relatos das missivas, onde podia ser notado o interesse de conseguir mobilidade entre o público e o privado com sutileza. No entanto podemos observar a importância dessas missivas para mostra a sensibilidade como também na relevância do contexto das denúncias através das cartas que eram feitas pelos os padres contra a violência na região de Tocantinópolis. Sendo que nos memorandos enviados as autoridades e publicadas nas revistas Voz do Norte, tinha objetivo de mostras a situação vivida pelos camponeses, os maus tratos os abusos, a desapropriação terras através do uso de armas.

Entretanto no contexto dos conflitos agrários pode ressaltar que em 1975 foi criado a CPT fundamentado em uma compreensão de que a violência no campo não era demanda do caso, desenrolou-se de uma política situada na desumanidade de acumulo de terra, que veio se confirma em fevereiro de 1980, na reunião da conferencia nacional do bispo do Brasil (CNBB). Partiria dessa reunião um

documento que foi nomeado “Igreja e problemas da terra”; esse documento lacraria de vez o confronto entre a igreja e regime militar, mostrando todo apoio ao povo da região. Sendo que a igreja tinha compreensão de envolvimento social que cabia papel de humanizar, em parte integrante de sua missão evangelizadora. E através de seus geradores pastorais passou a defender os fracos oprimidos de todos os acontecimentos vividos, denunciando os abusos dos grileiros e violência que cometia na região.

Uma vez que a violência - distinta do poder, força ou vigor - necessita sempre de instrumentos (conforme afirmou Engels há muito tempo atrás) 2, a revolução da tecnologia, uma revolução nos processos de fabricação, manifestou-se de forma especial no conflito armado. A própria substância da violência é regida pela categoria meio/objetivo cuja mais importante característica, se aplicada às atividades humanas, foi sempre a de que os fins correm o perigo de serem dominados pelos meios, que justificam e que são necessários para alcançá-los. Uma vez que os propósitos da atividade humana, distintos que são dos produtos finais da fabricação, não podem jamais ser previstos com segurança, os meios empregados para se alcançar objetivos políticos são na maioria das vezes de maior relevância para o mundo futuro do que os objetivos pretendidos (Arendt, 2007, p.4).

A igreja tinha conhecimento de que era necessário realizar um acompanhamento detalhista, que se tornou difícil após a morte do Padre Josimo, pois ficou sem um representante para lhes aconselhar e dar continuidade as orientações para o povo, se sentiram desolados e ainda estavam sem um sucessor, que resultou no enfraquecimento da entidade. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) começou a sofrer influência de partidos políticos, quando surgiu o Partido dos trabalhadores (PT) o qual tinha como meta apoiar os movimentos sociais, porém quem afirmava ser filiado ao partido era perseguido e ameaçado de morte.

Em cada um dos territórios eclesiásticos- circunscrições, os referidos coléricos representavam, hierarquicamente, a distribuição do poder papal. Essas circunscrições comandadas por um padre com certas atribuições de bispo, chamado de monsenhor (Mgr.) eram estruturadas dinamicamente, estruturas estruturantes, em um campo simbólico, como diria Bourdieu, específico ao catolicismo praticado pelos missionários por esquemas culturais na forma de disposições vinculares, orbitando ao redor das centralizações para a manutenção desses espaços sociais imaginários, adaptando ações de acordo com tais pré-disposições católicas (PRUDHOMME. 2007).

A igreja católica sendo umas da instituição, mas poderosa no século XIV, até XIII, buscou expandir seus domínios pregando e enviando missionários pelo mundo para, evangelizar e catequizar, comunidades isoladas consideradas bárbaras.

As cartas tinham um papel importante de comunicação entre as Dioceses e uma função de denúncia, em cada carta a uma ampliação de informações produzidas pelos padres. Para Teresa Malatian (2015) a observação de cada sujeito cabe as diferentes trajetórias de cada indivíduo, as cartas apresentam a todo momento uma “conquista “ de si mesmo, o “eu estou aqui”. Portanto, para a prática da escrita, é necessário possuir o comando da imagem de si; Apesar das escolhas realizadas pelo escritor, os acontecimentos do narrado devem parecer verdadeiros para o leitor.

2.1 CARTAS ABERTAS O INSTRUMENTO DE MEDIAÇÃO

Carta Aberta às Autoridades

“Nós lavradores trabalhamos como posseiros aqui em Jatobal, município de Itagatins, Bico do Papagaio. Levamos ao conhecimento de vocês autoridades as seguintes queixas: 1º que o GETAT nos fez muitas promessas sem resolver nada para nós. 2º que o GETAT sempre apoia o latifúndio e a grilagem. 3º que hoje estamos ameaçados pelos pistoleiros do Sr. LOURISMAR LOBO sobre o comando do Sr. Tenente TRAJANO BUENO BICALHO que fez uma entrevista na revista VEJA do 19 de junho de 1985, revelando ao público que está disposto a matar os posseiros da Terra que ele pretende grilar. 4º que no dia 21 de junho no povoado de NOVA VIDA, município de Itagatins, foi morto por eles um jovem lavrador de 20 anos: DIVINO BORGES DOS SANTOS e atiraram em mais 2(dois) posseiros. Até hoje não houve nem uma providência da parte da polícia pra prender os criminosos. 5º que devido a esta situação de violência nos lavradores não temos tranquilidade em nosso serviço. PEDIMOS QUE SEJAM TOMADAS AS PROVIDÊNCIAS IMEDIATAMENTE. EXIGIMOS UMA REEFORMA AGRÁRIA EFICACE.
CPT. Araguaia-Tocantins. Região do Bico do Papagaio.Goiás.”
(VOZ DO NORTE, p.19, 1985; ano 4, nº 5-6).

No ano de 1985, a Comissão Pastoral da terra vem expor ao ministro da justiça, a violência sofrida por um lavrador (posseiro) que foi assassinado, pois nessa região os índices de ameaças de mortes são constantes, a CPT era a única entidade que assumiu a responsabilidade de manter documentado os conflitos de terra e a violação dos direitos desses posseiros. O intuito aqui desta reclamação se refere a reivindicar os direitos dos próprios trabalhadores.

2.2 Pastoral da Terra denuncia violência no campo ao ministério da justiça

A Denúncia da CPT ao Ministro da Justiça

Imperatriz, Ma., 25 de outubro de 1985.

Exmo. Sr.

Fernando Lyra

M.D. Ministro da Justiça

Brasília-DF.

Vimos pela presença, encaminhar ao conhecimento de V.Exa., o abaixo-assinado e declarações em anexo, relativos aos últimos acontecimentos no Bico do Papagaio, extremo norte de Goiás. No dia 21 de outubro de 1985, foi assassinado o lavrador LUIZ MENDES CARVALHO. O crime se deu por volta das 8:30/hs, em emboscada da qual conseguiram escapar baleados JOSÉ ALVES DE SOUSA - delegado sindical do STR DE SÍTIO NOVO GOIÁS - e ANTÔNIO RAIMUNDO SOUSA SILVA. A área está sob um conflito antigo, onde os posseiros, moradores do povoado de São Pedro (Sucavão), município de Sítio Novo de Goiás, muitos com posses há mais de 15 anos, vêm sofrendo constantes ameaças e pressões da fazenda Tocantins Agroindustrial, de propriedade do Sr. Fausto Rodrigues da Cunha. O conflito se originou de titulação recente feita pelo GETAT (1983) em área ocupada por posseiros antigos. Tal fato já é de conhecimento do Mirad, através de constatação em relatório, elaborado por comissão instituída por aquele Ministério para fazer um levantamento dos conflitos no Araguaia-Tocantins. Além de solicitarmos a V.Exa. providências urgentes no sentido de que o crime seja apurado, e os culpados punidos, gostaríamos de ressaltar dado já constante do abaixo-assinado que acompanha esta. O delegado de polícia de Sítio Novo de Goiás, Sr. Elusimar Bento Garcia, conhecido na região por "Neném Mineiro", é ex-gerente da fazenda que está em conflito com os posseiros. Também há fatos que levam a crer num atual envolvimento seu com "funcionários" da fazenda. Os posseiros não formalizaram queixa-crime na delegacia local, por estarem absolutamente amedrontadas com a postura do delegado. Não se sentem seguros de recorrer á autoridade policial com medo de eles, igualmente, sofrerem algum tipo de represaria. Já mais de uma vez foram ameaçados pelo delegado. Cientes que somos de sua autêntica intenção de combater a violência em nosso país, especialmente no campo, reiteramos nosso pedido de apuração do crime, e que V.Exa. intervenha junto á Secretaria de Segurança Pública de Goiás para que seja efetuada a substituição do delegado de polícia de Sítio Novo de Goiás. Certos de contar com sua atenção, agradecemos antecipadamente, apresentando na oportunidade nossos votos de estima e consideração.

CPT Araguaia-Tocantins, Região do Papagaio". (VOZ DO NORTE, p. 54-55, 1985; ano 5º, nº 7).

Devido a frequente hostilidade por parte das autoridades que se mantem inertes mesmo tendo conhecimento do atentado do padre Josimo Morais Tavares. A Comissão Pastoral da Terra se vê na obrigação de se solidarizar e publicar o seu repúdio e total indignação ao descaso do poder público que resultou na morte de vários posseiros entre eles o jovem de apenas 23 anos de idade que era lavrador,

Rufino Correa Coelho, diante deste quadro lamentável que ceifou uma tão prematura vida, a igreja denomina: O Bárbaro Assassinato de Rufino.

CARTA ABERTA

Exmo. Sr. Presidente da República
Exmo. Sr. Ministro da Justiça
Exmo. Sr. Ministro da Reforma Agrária
Exmo. Sr. Governador do Estado
Exmo. Sr. Secretário do Interior e da Justiça
Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública
Exmo. Sr. Comandante do 3º. Batalhão da PM de Araguaína
Exmo. Sr. Núncio Apostólico
Exmo. Sr. Presidente da CNBB
Exmo. Sr. Bispos do Regional Centro Oeste- CNBB
Srs. Redatores de Jornais
Povo em geral

Nós, representantes da Diocese de Tocantinópolis, junto com Sacerdotes e o nosso Bispo Dom Aloísio Hilário de Pinto, reunidos nesta Primeira Assembléia do Povo de Deus, de 24 a 27 de abril, queremos MANIFESTAR SOLIDARIEDADE FRATERNA ao nosso irmão Padre JOSIMO MORAIS TAVARES, vigário da Paróquia de São Sebastião do Tocantins e coordenador da Comissão da Pastoral da Terra (CPT) Diocesana que sofreu atentado homicida no dia 15 de abril próximo passado, praticado por dois pistoleiros que o seguiam de carro, na estrada de Augustinópolis-Axixá. Queremos, também, manifestar nosso repúdio diante dessa violência e todas as ameaças a tantos lavradores, vítimas indefesas na luta pelos seus direitos da terra e da paz. É premente a necessidade de se implantar uma reforma agrária que atenda aos anseios e necessidades dos trabalhadores e que os mesmos possam participar dessa reforma agrária. Nós, como Igreja, não queremos e nem podemos colocar-nos do lado dos poderosos criminosos, nem vamos defender ingenuamente o banditismo organizado. É triste saber que no Ano Internacional da Paz constatemos que alguns, que se dizem cristãos, vivem atentando à vida do irmão. Cristo, o Senhor e Libertador de todo mal, mantenha-nos firmes e fiéis no anúncio de sua mensagem de Justiça e Paz a favor do homem, em vista da construção de seu Reino e também de denúncia de tudo aquilo que se opõe à realização deste mesmo Reino. (VOZ DO NORTE, p.37, 1986; ano 4º, nº 2-3).

Em seu primeiro número em 1983, a CPT Regional denuncia o “O BÁRBARO ASSASSINATO DE RUFINO. Rufino Correa Coelho, trabalhador rural de 23 anos foi morto ao tentar socorrer um “ancião de 77 anos de idade, que foi espancado, pisoteado e abandonado no chão quase a morrer” por policiais militares a serviço da Sra. Odícia Conceição de Fátima Moraes, que se diz proprietária daquelas terras, episódio ocorrido no Centro dos Macacos, município de Tocantinópolis-GO (VOZ DO NORTE, 1983, nº 01).

O periódico, em seu curto período de existência dedicou-se a delatar não somente os assassinatos de trabalhadores rurais, mas também despejos, espancamentos, ameaças de morte, queima de casas. A Comissão Pastoral da Terra persiste na incansável luta de comunicar ao poder público para que possam tomar providências cabíveis.

EM UMA CARTA ABERTA ÀS AUTORIDADES,

os lavradores e a CPT Araguaia-Tocantins denunciam a morte de DIVINO BORGES DOS SANTOS no dia 21 de junho no povoado de Nova Vida, município de Itaguatins-GO. Morto por pistoleiros a serviço do fazendeiro Lourimar Lobo, que apareceria em matéria da Revista Veja juntamente com seu gerente e capataz, um policial aposentado de Goiás, que segundo o mesmo teria combatido os guerrilheiros do Araguaia. De arma em punho garante: "Invasor que pisar aqui leva chumbo. Vem que tem" (VOZ DO NORTE, 1985, nº 3-4).

Ainda no mesmo contexto do periódico: CARTA ABERTA, nós representantes da diocese de Tocantinópolis, junto com o sacerdote e o nosso bispo Dom Aloiso Hilário de Pinho, reunido nesta primeira assembleia do povo de Deus, de 24 à 27 de Abril, querendo manifestar nossa solidariedade fraterna ao nosso padre Josimo Moraes Tavares, vigário da paróquia São Sebastião do Tocantins e coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT) diocesana que sofreu atentado homicida no dia 15 de abril próximo passado, praticado por dois pistoleiros que seguiam de carro na estrada de Augustinópolis- Axixá. (VOZ DO NORTE, 1986, nº 2-3, ano 4).

Portanto é notório a incansável mediação do papel da Diocese de Tocantinópolis e da CPT, durante todo esse processo de massacre contra os posseiros que lutavam arduamente para manter uma vida digna com esforço através do trabalho rural, onde cada indivíduo possuía uma pequena propriedade de terra que se viram forçados a sair brutalmente de seus domínios, por fazendeiros e grileiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa busca evidenciar os periódicos “Voz do Norte” como parte deste processo histórico, a análise desse percurso tornou-se notório para a elaboração da identidade político-pastoral, sobretudo com o início da ordenação sacerdotal desse propulsor padre Josimo de Moraes Tavares, aprovando as formas de mediação por ele concebido, e dessa mediação o originou, representado pelo conjunto de agentes também institucionais que lhe foram opostos. A narrativa desenvolvida nesta obra tem como objetivo analisar os problemas de conflitos no Bico do Papagaio, região do extremo norte de Goiás, principalmente a partir das edições do periódico Voz do Norte: informativo pastoral da Diocese de Tocantinópolis-GO, entre os anos de 1983 e 1986. Observando ainda, o referido informativo Voz do Norte, limitando em nossa análise o papel da Diocese neste contexto.

Portanto, a atuação dos agentes da CPT em Tocantinópolis, especialmente do Padre Josimo Moraes Tavares, enquanto mediadores nos conflitos de terra naquela região do Bico do Papagaio, foram imprescindíveis nesta pesquisa, para a reflexão nesta abordagem sobre os conflitos agrários no campo da história, foi utilizado um embasamento voltado nas fontes escritas, pois, assegura sua autenticidade e objetividade, a igreja teve um papel fundamental, em destaque os agentes da CPT, eram a voz para quem precisava de voz; era a defensora para quem jamais ousaria a usar os trâmites burocráticos e era sisuda na tribuna de condenação das privações concebidas por causa do capital e do Estado que lhe era aparato, este foi o artifício de luta da Comissão Pastoral da Terra, o qual possibilitou para lutarem arduamente através dessa forma adotada por Josimo.

Entretanto, para a realização desse trabalho foi utilizado os conceitos de violência do autor José de Souza Martins.e memória traumática por Michael Pollak.

Com o intuito de observar o informativo Voz do Norte, de maneira autêntica, pois, o periódico era também utilizado como um canal de voz tanto dos líderes religiosos como dos camponeses para denunciar a opressão vivida pelos posseiros e pequenos agricultores, por causa dos fazendeiros-grileiros, órgãos públicos, juizes, pistoleiros, policiais, etc.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BLOCH, Marc. Apologia da História, ou o Ofício do Historiador, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: História da Vida Privada no Brasil. Org: Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol. 5, n. 10, 1992.

ARENDT, Hannah. A Condição Humana.ed.10. Rio de Janeiro: Forense Universitária,2007.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,2006.

ARENDT, Hannah. Sobre a violência. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 1994.

CERTEAU, Michel de. A escrita da História. 2. ed. Rio de Janeiro. Forence Universitário,2000.

TAVARES, Josimo Moraes. Carta ao ministro da Justiça. Tocantinópolis: 20/11/1985.

VOZ DO NORTE. Informativo Pastoral da Diocese de Tocantinópolis. Ano III. N° 5 - 6, 1985. p.19.

PEREIRA, Airton dos Reis. A Luta pela Terra no Sul e Sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo. Ed.22. Recife, 2013

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Conflitos agrários e violência no Brasil: agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária. Pontifícia Universidad Javeriana. Seminário Internacional, Bogotá, Colombia. Agosto de 2000.

VOZ DO NORTE. Informativo pastoral da Diocese de Tocantinópolis. Ano III. N° 7 p.54

VOZ DO NORTE. Informativo pastoral da Diocese de Tocantinópolis. Ano I. N° I, 1983 p.13.

COORDENAÇÃO DIOCESANA PASTORAL. Dom Cornélio Chizzini. Rio de Janeiro: Bitaurus, 1991.

PRUDHOMME, Claude. A acção missionária nos séculos XIX e XX.in: CORBIN, Alan. História do Cristianismo. Lisboa: Editorial Presença, 2007. p. 354-355.

BOFF, Leonardo. América Latina: Da conquista á nova evangelização. Editora Ática S. A. 1992

BOFF, Leonardo. A Fé na Periferia do Mundo. Editora Vozes Ltda. 3. ed. Petrópolis RJ. 1983